**AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** -Execução por título extrajudicial nominada de **duplicata transferida** **ao credor por endosso**.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA .... ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ....

..............................................., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua .... nº...., CGC/MF nº ...., por seu advogado infra-assinado, qualificado pela procuração em anexo, vem mui respeitosamente à presença de V. Exa. para propor a presente

**AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

contra ........................................, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua .... nº ...., na Comarca de ...., CGC/MF nº ....; e contra ...., ..............................(qualificação), residente e domiciliado na Rua .... nº ...., na Comarca de ...., CGC/MF de número desconhecido, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

A primeira executada é emitente de duplicatas sacadas contra várias empresas com quem manteve negócios.

Os títulos de crédito emitidos pela primeira executada foram transferidos à exequente, via endosso, sendo que o segundo executado passou a figurar como avalista dos títulos.

Os sacados, apesar de devidamente protestados, não pagaram os valores devidos.

Desta forma, e de conformidade com os documentos em anexo, a exequente é credora dos executados dos seguintes valores:

DPL Nº VALOR VENC VALOR/PROTESTO DATA

.... R$ .... .... R$ .... ....

.... R$ .... .... R$ .... ....

.... R$ .... .... R$ .... ....

PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ ....

A exequente esgotou todos os meios suasórios para reaver os valores acima sem, portanto, lograr êxito, vendo-se, pois, compelida à propositura da presente.

Isto posto, e com fundamento nos artigos 581 e 585 do CPC, é a presente para requerer:

Digne-se V. Exa. determinar a citação dos executados, nos endereços fornecidos no preâmbulo, ou onde forem encontrados, para que paguem, em 24 horas, o valor do principal, devidamente acrescido das custas de protesto, juros de mora, correção monetária, custas judiciais e honorários advocatícios na base usual de 20% sobre o valor do débito, ou ofereçam bens à penhora, sob pena da mesma recair em tantos quantos bastem para a garantia do juízo, fazendo-os cientes de que poderão embargar a execução no prazo legal.

No caso de penhora de bem imóvel requer a intimação da esposa do segundo executado.

Embargada a execução, requer a sua total improcedência, condenando-se o embargante às penas sucumbenciais, determinando-se a continuação da execução, em seus termos.

Requer, ainda, os favores do art. 172/CPC, § 2º.

Protesta provar o alegado através de via depoimento pessoal dos executados sob pena de confesso, testemunhais, periciais, e outras documentais.

Dá-se à presente o valor de R$ .... para fins de alçada.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

...., .... de .... de ....

..................

Advogado OAB/...